

CONCURSO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO PARANÁ

EDITAL Nº 01/2017 – CLT

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO

PROVA: TIPO 1
Palavra de Segurança: **AMARELA**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente e distribuídas sem falhas ou repetições.

MATÉRIA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
MATEMÁTICA E LÓGICA	11 a 20
CONHECIMENTOS GERAIS	21 a 25
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	26 a 50

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Emprego** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao emprego para o qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, que deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. Ao receber a Folha de Respostas Personalizada, faça a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As eventuais divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências. Além disso, preencha, corretamente, o tipo de prova e escreva a palavra de segurança nos respectivos locais indicados em sua folha de respostas, conforme especificado na capa na prova.
6. Leia atentamente cada questão da prova objetiva e preencha na Folha de Respostas a alternativa que a responda corretamente.
Exemplo:



7. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
8. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
9. Iniciada a prova, somente será permitido deixar, definitivamente, a sala após 60 (sessenta) minutos.
10. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
11. Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 60 (sessenta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
12. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
 - a) Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
 - b) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
 - c) Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
 - d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
 - e) For surpreendido portando ou manuseando qualquer aparelho eletrônico, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, nas dependências do estabelecimento durante a aplicação da prova objetiva.
13. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
14. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno.
15. O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.
16. **Está disponível no verso da capa (página 2) do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este poderá ser levado pelo candidato.**

O enxurro
Raul Brandão

Vêm o inverno e os montes pedregosos, as árvores despidas, a natureza inteira envolve-se numa grande nuvem úmida que tudo abafa e penetra. As coisas di-las-íeis recolhidas e cismáticas. É como um rolo misterioso e profundo que vem dum mar desconhecido. E a chuva começa. É um ruído doce o da chuva. Faz sonhar em tantas coisas idas e tristes! Primeiro a terra embebe-se e incha. E, depois de cheia, a torrente jorra até polir as pedras: ara na terra, põe raízes à mostra, arrasta no aluvião o húmus, as folhas secas das árvores, os cadáveres dos bichos, os detritos desagregados das rochas, que rolam juntos, dispersa e reúne, atira, entre a baba da água, para um destino ignoto. Assim a vida. É um rio de lágrimas, de brados, de mistério. A onda turva põe as mais fundas raízes à mostra, a torrente leva consigo de roldão a desgraça e o riso; sem cessar carrega este terrço humano para uma praia, onde as mãos esqueléticas dos que sofreram encontram enfim a mão que os ampara, onde os olhos dos pobres, que se fartaram de chorar, ficam atônitos diante da madrugada eterna, onde todo o sonho se converte em realidade...

Fonte: BRANDÃO, Raul. Os pobres. Projeto Vercial, 2001.

Questão 01

Marque a alternativa que traz somente informações CORRETAS a respeito da interpretação do texto.

- (A) O autor se queixa do inverno e da chuva.
- (B) O fim da vida é comparado pelo autor ao inverno.
- (C) Segundo o autor, a chuva pode acabar com a alegria de uma pessoa.
- (D) Devido à torrente, as pessoas que sofrem na vida conseguem encontrar ajuda.

Questão 02

Marque a alternativa que apresenta um sinônimo para o adjetivo "ignoto".

- (A) Desconhecido.
- (B) Interessante.
- (C) Novo.
- (D) Longínquo.

Questão 03

Indique qual é o sujeito do verbo "atirar" no texto acima.

- (A) Sujeito oculto.
- (B) Os detritos desagregados das rochas.

- (C) As pedras.
- (D) A torrente.

Questão 04

Dentre as opções abaixo, indique qual adjetivo é usado em sentido conotativo.

- (A) Montes pedregosos.
- (B) Detritos desagregados.
- (C) Ruído doce.
- (D) Folhas secas.

Questão 05

Indique qual função sintática exerce o sintagma "as árvores despidas" na oração "Vêm o inverno e os montes pedregosos, as árvores despidas [...]":

- (A) Objeto indireto.
- (B) Objeto direto.
- (C) Adjunto adnominal restritivo.
- (D) Sujeito.

Questão 06

Marque a alternativa em que todas as palavras estão escritas de acordo com a ortografia oficial.

- (A) Pêra, pólo, enjôo.
- (B) Berinjela, papéis, feiura.
- (C) Chapeu, ecentricidade, idéia.
- (D) Descendente, paranóia, unguento.

Questão 07

Considere a oração "Tendo chegado tarde demais, não puderam entrar na sala." e marque a alternativa com a classificação de "Tendo chegado tarde demais".

- (A) Oração reduzida de infinitivo.
- (B) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- (C) Oração reduzida de participípio.
- (D) Oração reduzida de gerúndio.

Questão 08

Assinale a alternativa que apresenta a regência CORRETA do verbo "proceder", considerando a oração "Ontem, procederam _____ envio das encomendas.":

- (A) do
- (B) ao
- (C) com o
- (D) sobre o

Questão 09

Qual das orações abaixo apresenta erro de regência verbal?

- (A) Esta é a marca que todo mundo confia.
- (B) Diga-nos onde você mora.
- (C) O livro do qual falei será reeditado.
- (D) Um dia, irei à Europa.

Questão 10

Marque a opção em que o sinal indicativo de crase é usado INCORRETAMENTE.

- (A) Este tecido deve ser lavado à mão.
- (B) Ermenegildo ainda bate seus textos à máquina.
- (C) Agora, vire à direita!
- (D) Muitos alunos vão à pé para a escola.

MATEMÁTICA E LÓGICA

Questão 11

O seguinte conjunto de dados representa o número de peças defeituosas para cada lote de 100 unidades fabricadas em uma linha de produção durante um período de 19 dias úteis.

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Número de peças defeituosas	6	4	3	3	2	4	3	5	1	6	1	1	3	3	4	2	1	3	3

Com base nos dados, analise os itens e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- () A mediana e a moda são iguais.
 - () Durante todo o período de levantamento desses dados, o número de peças defeituosas ficou, em média, abaixo de 3,5 peças defeituosas.
 - () Os dados obtidos nos primeiros 15 dias do levantamento geram uma série com a mesma distribuição de frequências com a mesma mediana e moda da série original.
 - () O desvio padrão do conjunto de dados original do número de peças defeituosas é de 1,54.
 - () Se o número de peças defeituosas aumentasse em 10% a cada dia, a média também aumentaria em 10%, porém, o desvio padrão não se alteraria.
- (A) V, V, V, V, V.
 (B) F, F, F, F, F.
 (C) F, V, V, V, F.
 (D) V, V, V, V, F.

Questão 12

João quer ir para sua escola de bicicleta usando o trajeto indicado na Figura 1. O trajeto, dado em km, é representado pelos segmentos AB, BC, CD e DE. Assinale a alternativa que corresponde à distância percorrida por João. (Use $\sqrt{2} = 1,414$ e $\sqrt{5} = 2,236$)

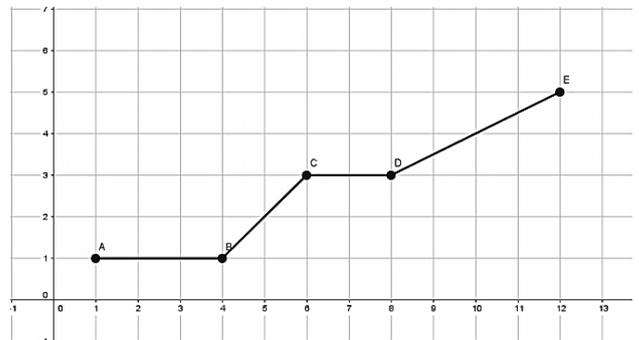


Figura 1: Trajeto percorrido por João de sua casa (ponto A) até sua escola (ponto E).

- (A) 12,3 km.
- (B) 13,2 km.
- (C) 12,0 km.
- (D) 10,0 km.

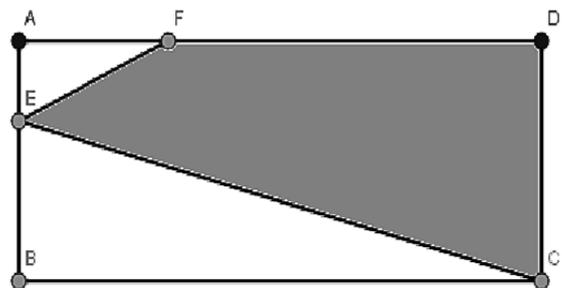
Questão 13

Resolva, no conjunto dos números reais, $|2x - 5| - |x + 3| = 8$.

- (A) $S = \{-2\}$
- (B) $S = \{16\}$
- (C) Não admite solução real
- (D) $S = \{-2; 16\}$

Questão 14

Na figura abaixo, o retângulo ABCD tem lados AB medindo 15 cm e BC, medindo 20 cm. Sabe-se que AF mede o triplo de AE e que as medidas de \overline{AE} e \overline{EB} estão na razão de 1 para 4. A área da região sombreada é:



- (A) 300 cm^2 .
- (B) $166,5 \text{ cm}^2$.
- (C) 150 cm^2 .
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 15

Quantos números divisíveis por 13 existem entre 1 e 1000?

- (A) 56.
- (B) 66.
- (C) 76.
- (D) 86.

Questão 16

Analise os itens a seguir e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- () O fenômeno do aumento persistente e generalizado dos preços de bens e de serviços, com conseqüente perda do poder aquisitivo da moeda, denomina-se inflação. Por deflação, entende-se o fenômeno de queda persistente dos preços de bens e de serviços.
- () A taxa de inflação mensal é a variação percentual do valor médio de uma cesta básica de produtos com quantidades físicas bem determinadas, calculada entre um mês e o mês anterior.
- () Uma loja vende um fogão por R\$ 800,00 à vista ou financia essa quantia em 10 prestações mensais iguais, sem entrada. O valor de cada prestação, se a taxa de juros compostos cobrada for de 2,5% a.m., será de $800 + \frac{1,025^{10} \cdot 0,025}{1,025^{10} - 1}$.
- () Um investidor aplicou R\$ 10.000,00 em um fundo de investimento por 3 meses. No 1º mês, o fundo rendeu 1,2%, no 2º mês, rendeu 0,78% e, no 3º mês, rendeu 1,1%. O montante, denotado por M, ao final dos 3 meses foi de $M = 10000 \cdot 1,012 \cdot 1,0078 \cdot 1,011$ e a taxa de rentabilidade acumulada, denotada por i, no trimestre, foi de $i = \frac{M}{10000} - 1$.

- (A) V, V, V, V.
 (B) F, F, F, F.
 (C) V, V, V, F.
 (D) V, V, F, F.

Questão 17

Calcule os raios das bases de um tronco de cone reto, no qual foi inscrita uma esfera com raio de 4 cm, de modo que o volume do tronco seja três vezes o volume da esfera.

- (A) $6 + 2\sqrt{13}$ e $-2\sqrt{13} - 6$
 (B) $6 - 2\sqrt{13}$ e $2\sqrt{13} + 6$
 (C) $6 + 2\sqrt{13}$ e $2\sqrt{13} - 6$.
 (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 18

O produto das raízes da equação $kx^2 + 9x - 18 = 0$ é igual a -9. Qual será o valor da soma das raízes dessa equação?

- (A) $-\frac{2}{9}$
 (B) $-\frac{9}{2}$
 (C) 2
 (D) -2

Questão 19

Joana pretende enviar uma encomenda para Andreia por uma transportadora. A probabilidade de que Joana envie a encomenda é de 0,6. A probabilidade de que a transportadora não a perca ou a extravie é de 0,8. Por fim, a probabilidade de que o entregador a entregue é de 0,8. Dado que Andreia não recebeu a encomenda, qual é a probabilidade de que Joana não a tenha enviado?

- (A) 0,649.
 (B) 0,400.
 (C) 0,800.
 (D) 0,384.

Questão 20

A Figura 3 ilustra o lucro líquido (em milhões de reais) obtido nos últimos quatro anos por quatro empresas. Com base na figura, analise os itens e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

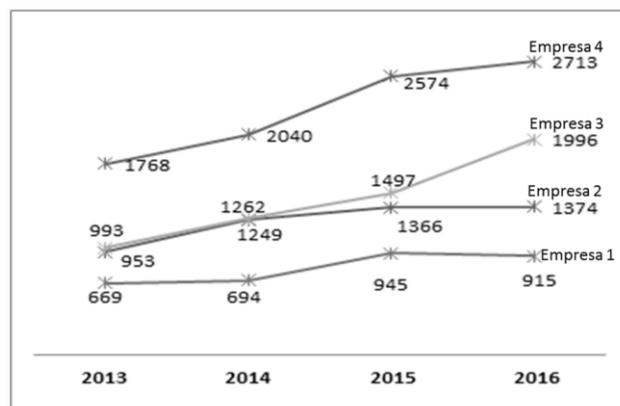


Figura 3: Lucro líquido das empresas nos últimos quatro anos.

- I. De 2014 a 2016, o aumento percentual do lucro líquido da empresa 4 foi maior que o da empresa 1.
- II. Todos os segmentos de reta apresentados no gráfico têm inclinação positiva.
- III. Durante o período analisado, a empresa 3 foi a que apresentou o maior crescimento percentual, mas não o maior em crescimento absoluto.
- IV. Os crescimentos percentuais anuais da empresa 2 diminuíram a cada ano.
- V. Considerando, para cada empresa, a série numérica formada pelo lucro líquido nos últimos quatro anos, a série da empresa 4 é a que apresenta a maior mediana, tendo desvio padrão maior que o da empresa 2.

- (A) V, F, F, V, V.
 (B) V, F, F, F, V.

- (C) F, F, F, V, V.
(D) F, F, V, V, V.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 21

Donald John Trump é um empresário, personalidade pública e o 45º presidente dos Estados Unidos. A esposa do presidente de um país recebe o título informal de “primeira dama”, que, atualmente, nos Estados Unidos, é representado por:

- (A) Michelle.
(B) Melania.
(C) Katerine.
(D) Kelly.

Questão 22

O termo “Cloud Computing” está se popularizando nos mais diversos meios de comunicação. Trata-se do serviço que oferece o armazenamento de arquivos na nuvem, que possibilita o acesso de qualquer lugar e em qualquer dispositivo. Nesse contexto, a Microsoft, que possui os direitos do Sistema Operacional Windows, um dos mais utilizados no mundo, está nesse mercado com o produto:

- (A) SendSpace.
(B) InCloud.
(C) DropBox.
(D) OneDrive.

Questão 23

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato, morto em um acidente de avião no dia 19 de janeiro, foi substituído através de sorteio por:

- (A) Edson Fachin.
(B) Rocha Loures.
(C) Cezar Bitencourt.
(D) Celso Mello.

Questão 24

As atuais embalagens dos produtos possuem diversos símbolos que fornecem informações importantes ao consumidor, como, por exemplo, a existência de transgênicos, a ausência ou presença de lactose, glúten, entre outros. O símbolo Hechsher, destacado nas imagens a seguir, indica que o produto:



- (A) Possui açúcar orgânico.
(B) É certificado e distribuído na União Europeia.
(C) Não é indicado para gestantes.
(D) Não possui carne ou leite.

Questão 25

A culinária regional da Bahia possui uma forte influência da cultura africana, muito evidente em pratos como o vatapá, o caruru e o acarajé. Nesses pratos, se destaca a utilização do azeite-de-dendê, extraído:

- (A) Do fruto de um arbusto de porte médio, natural do sul da África.
(B) Das pétalas de uma flor de origem africana.
(C) Do “dendezeiro”, uma palmeira africana.
(D) Do “leite” extraído do caule de uma árvore muito comum na região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Considere a situação hipotética a seguir e preencha as lacunas:

Tício ingressou por concurso público de provas e títulos no serviço público municipal, para o cargo de auxiliar administrativo, cargo de servidor público estatutário e efetivo. Como Tício nunca ocupou outro cargo público, após _____ de efetivo exercício, de acordo com o artigo 41, da Constituição Federal, tendo sido aprovado em avaliação especial de desempenho de servidor público, realizada por comissão funcional com essa finalidade, será outorgado a Tício o direito a _____ no serviço público.

- (A) 4 (quatro) anos; estabilidade.
- (B) 2 (dois) anos; vitaliciedade.
- (C) 3 (três) anos; vitaliciedade.
- (D) 3 (três) anos; estabilidade.

Questão 27

A atuação da Administração Pública, em sua atividade administrativa, sofre a influência de um regime próprio, denominado regime jurídico-administrativo, caracterizado pela incidência de normas jurídicas específicas, que dão especial contorno à atividade administrativa e são fundamentais para a correta aplicação dos institutos pertinentes, assim como para a compreensão das proteções e das restrições jurídicas que se refletem sobre tal atividade. Tendo em consideração as características do regime jurídico-administrativo, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O regime jurídico-administrativo gera um conjunto de prerrogativas e restrições, não identificadas comumente nas relações entre particulares, que podem potencializar ou mesmo restringir as atividades da Administração Pública.
- (B) A supremacia do interesse público gera uma relação de verticalidade, com relativa preponderância dos interesses defendidos pela Administração, tidos como públicos ou gerais, daqueles interesses defendidos por particulares.
- (C) O conceito de interesse público envolve duas concepções, o interesse público primário, que é o interesse do Estado enquanto sujeito de direitos, e o interesse público secundário, que é o interesse da coletividade.
- (D) Um dos princípios constitucionais expressos da Administração Pública é o princípio da eficiência.

Questão 28

Em razão de desavenças de índole pessoal entre João, servidor público efetivo, e Antônio, seu superior hierárquico, aquele foi por este removido “ex officio” de sua lotação inicial. Antônio passou a considerar João seu inimigo pessoal após uma grave discussão. Analisando o caso hipotético, apresentado o ato administrativo praticado por Antônio e considerando que ele possui competência para remover seus subordinados em razão de interesse público, é CORRETO afirmar que:

- (A) Antônio, ao remover João “ex officio” por motivos pessoais, praticou ato administrativo com todos os seus requisitos, sendo, portanto, um ato administrativo válido.
- (B) Antônio, ao remover João “ex officio” por motivos pessoais, praticou ato

administrativo desprovido do requisito de finalidade, pois praticou o ato com finalidade alheia ao interesse público, o que invalida o ato administrativo.

- (C) Antônio, ao remover João “ex officio” por motivos pessoais, praticou ato administrativo desprovido do requisito de forma, admitindo-se, portanto, a convalidação do ato administrativo.
- (D) Antônio, ao remover João “ex officio” por motivos pessoais, praticou ato administrativo desprovido do requisito de finalidade, pois praticou o ato com finalidade alheia ao interesse público. No entanto, a ausência de tal requisito não invalida o ato administrativo, sendo ele passível de convalidação.

Questão 29

A respeito do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O ato administrativo não se confunde com o fato administrativo.
- (B) Os atos administrativos não admitem a invalidação.
- (C) O silêncio administrativo não pode ser considerado ato administrativo e, a rigor, a ausência de manifestação da Administração não produz consequências jurídicas imediatas, salvo o silêncio qualificado.
- (D) A sujeição ao controle judicial é característica inafastável do ato administrativo.

Questão 30

Antônio, servidor público municipal, no exercício de suas funções e no limite de sua competência administrativa, cassou a licença para construir emitida anteriormente por ele em favor de Ticiano. A cassação da licença para construir corresponde a ato administrativo:

- (A) Ablatório.
- (B) Declaratório.
- (C) Constitutivo.
- (D) Constitutivo-formal.

Questão 31

Os atos administrativos podem ser invalidados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário. Analisando as alternativas abaixo elencadas, é CORRETO afirmar que:

- (A) O Poder Judiciário pode invalidar os atos administrativos da Administração Pública “ex officio” ao analisar os aspectos de conveniência e oportunidade.
- (B) A revogação é a declaração de invalidade do ato administrativo produzido em desobediência à norma legal.

- (C) A Administração Pública, somente quando provocada, poderá apreciar o ato administrativo sob o aspecto de sua legitimidade, sendo-lhe vedada a análise do mérito do ato administrativo.
- (D) Na revogação, a Administração Pública revê seu julgamento acerca do mérito do ato administrativo, que passa a ser interpretado como inconveniente ou inoportuno, revelando-se necessária a sua retirada do mundo jurídico.

Questão 32

A criação de órgãos e entidades públicas depende de lei em sentido formal, por expressa exigência da Constituição Federal de 1988. A Administração Pública Direta é composta pelos órgãos públicos, integrantes de sua estrutura, despidos de personalidade jurídica. Para justificar e explicar a manifestação de vontade por parte dos órgãos públicos, surgiram diversas teorias. A teoria mais aceita no ordenamento jurídico brasileiro estabelece que o Estado manifesta a sua vontade por meio dos órgãos que integram a sua estrutura, de tal forma que, quando os agentes públicos que estão lotados nos órgãos manifestam a sua vontade, ela é atribuída ao Estado. É por intermédio dessa teoria que se consegue justificar a validade dos atos praticados pelo “servidor de fato”. A teoria descrita acima é chamada de:

- (A) Teoria do mandato.
(B) Teoria do mandato.
(C) Teoria da representação.
(D) Teoria do órgão.

Questão 33

A respeito da classificação dos órgãos públicos, podemos afirmar que:

- (A) Os órgãos representativos de poderes que não se subordinam hierarquicamente a nenhum outro, tais como a Chefia do Executivo, são classificados como órgãos independentes.
- (B) O Ministério Público Estadual pode ser considerado um órgão independente.
- (C) A Câmara Legislativa Municipal é um órgão superior.
- (D) A Secretaria de Educação Municipal é um órgão autônomo.

Questão 34

Com base nas seguintes assertivas, assinale a alternativa CORRETA.

- I. A Constituição Federal estabelece que aos atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o

ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- II. A probidade administrativa envolve interesse transindividual, de natureza indivisível, titularizada por toda a sociedade e caracterizada como interesse difuso.
- III. Segundo orientação do STF, os agentes políticos respondem por improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992 independentemente da sujeição dos mesmos aos crimes de responsabilidade tipificados nas respectivas leis especiais.
- IV. O ato de improbidade, por si só, não se iguala a um crime, caracterizando-se como um ilícito de natureza civil e política.
- (A) Todas as assertivas estão corretas.
(B) Está correta apenas a assertiva I.
(C) Estão incorretas as assertivas III e IV.
(D) Está incorreta apenas a assertiva III.

Questão 35

A prefeitura do município X deseja contratar o artista Y, consagrado pela crítica especializada, para apresentar-se na comemoração do aniversário do município X. Segundo as normas de licitação, deverá o referido ente público:

- (A) Dispensar a licitação com fundamento no artigo 24, V, da Lei 8.666/1993, ou seja, em razão de licitação deserta.
- (B) Realizar a licitação obrigatoriamente através da modalidade convite.
- (C) Dispensar a licitação por tratar-se de contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada.
- (D) Tornar a licitação inexigível por tratar-se de contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada.

Questão 36

As licitações efetuadas pela Administração Pública estão submetidas a princípios específicos. Nesse sentido, considere as seguintes assertivas:

- I. Dentre os princípios básicos dispostos na lei geral de licitações, lei 8.666/1993, está elencado o princípio da legalidade. Segundo a doutrina tradicional, existe uma subordinação da ação do administrador, em função do que estabelece a lei, de forma que ele só pode agir nos moldes e limites estabelecidos

pela legislação, fazendo apenas o que a lei expressamente autorizar ou determinar.

- II. Em decorrência do princípio da legalidade, as exceções à obrigatoriedade de licitar (dispensa e inexigibilidade) só podem ser estabelecidas por Lei.
- III. Segundo o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, impõe-se o respeito às normas previamente estabelecidas como regramento do certame. O desacato à regra editalícia pode tornar o procedimento inválido, pela presunção de prejuízo à competitividade e à isonomia.
- IV. Conforme o princípio do julgamento objetivo, o julgamento das propostas deve ser feito de acordo com os critérios fixados no instrumento convocatório.

Está CORRETO o que se afirma:

- (A) Em todas as assertivas.
- (B) Apenas na assertiva III.
- (C) Nas assertivas I, II e IV.
- (D) Em nenhuma das assertivas.

Questão 37

Compõem a Administração Pública Indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e os consórcios públicos. Com base na regulamentação da Administração Pública Indireta, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A autarquia somente pode ser pessoa jurídica de direito público.
- (B) A fundação instituída pelo Poder Público caracteriza-se por ser um patrimônio, total ou parcialmente público, a que a lei atribui personalidade jurídica de direito público ou privado para a consecução de fins públicos.
- (C) A empresa pública é pessoa jurídica de direito público com capital inteiramente público, com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta, e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.
- (D) A autarquia é pessoa jurídica de direito público criada por lei, com capacidade de autoadministração.

Questão 38

Conforme os ensinamentos da doutrina nacional sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os poderes da Administração se constituem em verdadeiras faculdades-obrigações, não havendo para a autoridade

administrativa a faculdade de exercer ou não as faculdades que a lei lhe outorgou.

- (B) Os poderes administrativos têm, dentre suas características, a renunciabilidade e a sua disponibilidade, razão pela qual a omissão do agente público não caracteriza abuso de poder pela autoridade administrativa.
- (C) A Constituição Federal de 1988 estabelece a separação de poderes, conferindo ao Poder Legislativo a função típica de criar direitos e obrigações por meio de normas, mas a Administração Pública, também por determinação constitucional, possui competência atípica normativa, a que se dá o nome de Poder Regulamentar da Administração Pública.
- (D) O Poder Hierárquico é o instrumento disponibilizado à Administração Pública para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro pessoal.

Questão 39

A respeito do Poder Disciplinar da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- (A) A sanção de natureza disciplinar, do Poder Disciplinar da Administração Pública, se confunde com a sanção penal ou civil, por terem os mesmos fundamentos, o que impossibilita a condenação concomitante de uma mesma pessoa na esfera administrativa, civil e penal.
- (B) No Direito Administrativo, há um sistema de rígida tipicidade, onde cada conduta considerada ilícita é cuidadosamente descrita, assim como no Direito Penal.
- (C) O Poder disciplinar é exercido exclusivamente em face dos servidores públicos, não podendo ser exercido em face das pessoas físicas ou jurídicas que celebram contratos com a Administração Pública.
- (D) O Poder Disciplinar é o instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, sendo a abertura do processo administrativo que marca o início do exercício do Poder Disciplinar e o fim do exercício do Poder Hierárquico.

Questão 40

Antônio, servidor público municipal no exercício de sua função, praticou ilícito administrativo, causando dano a terceiro. De acordo com o

ordenamento jurídico pátrio, o entendimento doutrinário e jurisprudencial, quais serão os regimes de responsabilidade civil de Antônio e da Administração Pública?

- (A) Tanto a responsabilidade civil de Antônio, servidor público, quanto a responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, respondendo ambos solidariamente pelo dano causado, independentemente de culpa.
- (B) Antônio possui responsabilidade civil subjetiva, sendo obrigado a reparar o dano causado no exercício de suas funções, apenas no caso de ter agido com culpa ou dolo. De maneira diversa a Administração Pública possui responsabilidade civil objetiva pelos danos causados por seus agentes no exercício de suas funções, sendo assegurado o direito de regresso contra o servidor público responsável nos casos em que ele tenha agido com dolo ou culpa.
- (C) Antônio e a Administração Pública são solidariamente responsáveis pelo dano causado por Antônio, no exercício de sua função, contra terceiros, sendo ambas as responsabilidades civis de natureza subjetiva, cabendo ao lesado provar culpa ou dolo pela Administração Pública e por Antônio.
- (D) Antônio possui responsabilidade civil objetiva quanto ao dano causado a terceiros no exercício de sua função, enquanto que a Administração Pública possui responsabilidade civil subjetiva e subsidiária.

Questão 41

Com base na doutrina, na jurisprudência e no ordenamento jurídico pátrio, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I. Cada ente federativo pode estabelecer regras próprias sobre seu processo administrativo.
- II. Diferente do processo judicial, no processo administrativo nunca será assegurado aos litigantes e aos acusados em geral o contraditório ou a ampla defesa.
- III. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

- (A) Apenas a assertiva II está incorreta.
- (B) Apenas a assertiva III está correta.
- (C) As assertivas I e III estão incorretas.
- (D) Apenas a assertiva III está incorreta.

Questão 42

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Serviço Público adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- (B) O princípio da generalidade é um princípio específico dos serviços públicos. Segundo esse princípio, o serviço público deve ser prestado de forma indiscriminada.
- (C) Em razão do princípio da continuidade, a prestação de serviços públicos deve ser contínua e sem interrupções.
- (D) Caracteriza descontinuidade do serviço público, infringindo o princípio da continuidade, a sua interrupção por inadimplemento do usuário, considerando o interesse da coletividade, mesmo após prévio aviso.

Questão 43

O Município X sofreu temporais que devastaram os prédios municipais, dentre eles escolas, hospitais e creches, e que causaram grandes danos às casas da população e à infraestrutura administrativa como um todo, o que acarretou o surgimento de despesas imprevísíveis e urgentes decorrentes dessa calamidade pública. Nessa situação hipotética, o crédito adicional que pode ser autorizado mediante lei pelo Poder Legislativo municipal é o:

- (A) Crédito Suplementar.
- (B) Crédito Irrevogável.
- (C) Crédito Extraordinário.
- (D) Crédito Especial.

Questão 44

Receita Pública é a entrada de dinheiro nos cofres públicos de forma definitiva. A respeito de Receita Pública, é CORRETO afirmar que:

- (A) As receitas originárias são aquelas cuja origem está no poder de imposição do Estado em face do particular. O exemplo clássico desse tipo de receita é o tributo.
- (B) As receitas transferidas são resultantes das atividades do Estado como agente particular, sendo assim submetidas ao direito privado.
- (C) Receitas correntes são as entradas de capital resultantes de operações nas quais o Estado busca a captação externa de

recursos e, portanto, à parte das suas finalidades ordinárias.

- (D) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para haver responsabilidade na gestão do dinheiro público, deve haver a instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Questão 45

Analise as assertivas abaixo.

- I. Despesa pública pode ser definida como o conjunto de gastos do Estado, cujo objetivo é promover a realização de necessidades públicas, o que implica o correto funcionamento e desenvolvimento de serviços públicos e manutenção da estrutura administrativa necessária para tanto.
- II. É pressuposto de toda e qualquer despesa não apenas a indicação da fonte respectiva de financiamento, ou seja, a receita que lhe fará frente, mas, também, a autorização do Poder Legislativo.
- III. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas no orçamento ou dotadas no orçamento de forma insuficiente.
- IV. As despesas correntes são aquelas resultantes da manutenção das atividades próprias do Estado, tais como o custeio da estrutura administrativa.

Estão CORRETAS as assertivas:

- (A) II e IV.
(B) I e II.
(C) I, III, IV.
(D) I, II, III, IV.

Questão 46

Os princípios orçamentários são diretrizes de direito financeiro que se aplicam direta e imediatamente à confecção do orçamento público e são normas especificamente voltadas à elaboração do orçamento público. Com base na doutrina, na jurisprudência e nas disposições normativas, é CORRETO afirmar que:

- (A) Com o princípio da exclusividade, positivado no artigo 165, §8º da Constituição Federal, o legislador constituinte tinha como objetivo afastar a possibilidade de as leis orçamentárias conterem previsões absolutamente estranhas ao direito financeiro, tais como temas afetos ao direito privado.
- (B) O princípio da exclusividade do orçamento público não comporta nenhuma exceção.

- (C) Não é necessário ou obrigatório que todas as receitas e despesas estejam previstas na Lei Orçamentária Anual, segundo o princípio da universalidade.
- (D) O orçamento público deve conter apenas as estimativas para as receitas e despesas do próximo exercício financeiro, não devendo prever objetivos e metas relacionados à realização de necessidades públicas, segundo o princípio da programação.

Questão 47

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu genericamente duas necessidades públicas em relação às quais o legislador deve, por bem, estabelecer a obrigação dos entes de efetivar gastos mínimos na saúde e na educação. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os Municípios deverão aplicar 15% do produto das transferências voluntárias em educação.
- (B) Os Municípios deverão aplicar nas ações e serviços públicos de saúde 15% do produto da arrecadação de seus impostos, acrescidas as receitas decorrentes de transferências constitucionais dos Estados e da União.
- (C) Os Municípios, de acordo com disposição constitucional, não possuem mínimo de receita com a educação, diferentemente dos Estados Membros e do Distrito Federal.
- (D) A definição de despesa com pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrange os encargos sociais e as contribuições recolhidas pelo ente para as entidades de previdência.

Questão 48

Segundo a doutrina, a jurisprudência e o ordenamento jurídico pátrio, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O patrimônio público pode ser conceituado como o conjunto de bens, direitos e obrigações de propriedade do Estado.
- (B) Os bens públicos, pelo critério jurídico, são classificados em bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominiais ou dominicais.
- (C) Os bens de uso comum são imóveis de domínio público, mas que não são apropriados contabilmente ao patrimônio estatal, constituindo, assim, o patrimônio comunitário ou social. Um exemplo de bem público de uso comum são as praias.
- (D) Os bens públicos dominiais de nenhuma forma podem ser alienados.

De acordo com a Lei Estadual 12.020/1998, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O Fundo Paraná tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins segundo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT Paraná – e aprovadas pelo Governador do Estado.
- (B) O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT Paraná – é órgão de assessoramento superior do Governador do Estado para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- (C) Não é atribuição do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT Paraná – avaliar planos, metas e prioridades de Governo, adequando-os à Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, identificando instrumentos e recursos.
- (D) Ao Conselho de Administração do Paraná Tecnologia compete aprovar o Estatuto do Paraná Tecnologia, dentre outras atribuições.

De acordo com a legislação estadual de licitações e contratos, é CORRETO afirmar que:

- (A) Não se subordinam à Lei Estadual 15.608/2007 os fundos estaduais especiais, não personificados.
- (B) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação, além da habilitação judicial e técnica, exigirá a comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% (dez por cento) da avaliação do imóvel.
- (C) Será dispensada a licitação de bens imóveis para alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública especificamente criados para esse fim.
- (D) Não é um requisito para a licitação de obras e serviços a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

